



June de Araújo/Agência Senado



José Sarney recebe Audálio Dantas: debate com jornalistas escritores

Audálio Dantas convida Sarney para encontro sobre jornalismo literário 2

Para deputados bolivianos, Evo Morales não respeita o Brasil 2

Senadores querem lei para greve no serviço público

Pedro Simon e Aloysio Nunes disseram ontem que o Congresso deve ao país a regulamentação da greve para os servidores públicos, prevista na Constituição

Autor do PLS 710/11, que disciplina o direito de greve no serviço público, Aloysio Nunes Ferreira lembrou que a Constituição completará 24 anos em outubro sem que o assunto tenha sido regulamentado. Sua proposta define, entre outros pontos, as atividades em que não pode haver paralisação, o tratamento que deve ser dado aos dias não trabalhados e o emprego de meios pacíficos pelos grevistas para conseguir adesão ao movimento.

Já Pedro Simon disse que a presidente Dilma Rousseff está certa ao culpar os servidores de “sangue azul” pelo impasse nas negociações com o governo. Para ele, a CUT passou da defesa do salário mínimo, da reforma agrária e da justiça social para a briga pelo comando da Caixa, do fundo de pensão da Petrobras e do Banco do Brasil. Simon pediu ao ex-presidente Lula, “amigão da CUT”, segundo o senador, para “conclamar essa gente ao bom senso”. 3

Direito disciplinado

Alguns dos pontos previstos no PLS 710/11, do senador Aloysio Nunes Ferreira

- ▶ Assegura aos grevistas o emprego de meios pacíficos para **persuadir** os servidores a aderirem à greve, além da arrecadação de **fundos e divulgação** do movimento
- ▶ Prevê a possibilidade de **contratação por tempo determinado** de servidores nas hipóteses de descumprimento de percentuais mínimos
- ▶ Submete o direito de greve dos **empregados públicos** regidos pela CLT à Lei 7.783/89, que disciplina a greve no setor privado
- ▶ Suspende o pagamento da **remuneração** correspondente aos dias não trabalhados, limitado a 30% do período da paralisação
- ▶ Veda a **contagem dos dias** não trabalhados como tempo de serviço, para quaisquer efeitos
- ▶ Trata da **declaração de ilegalidade** da greve, do abuso do direito e da responsabilidade por atos praticados durante o movimento
- ▶ Define **atividades estatais essenciais** em que as greves serão proibidas. Entre elas: controle de tráfego aéreo; segurança pública; defesa civil; assistência médico-hospitalar e ambulatorial; necropsia, liberação de cadáver e exame de corpo de delito; coleta de esgoto e lixo; transporte coletivo; produção e distribuição de energia, gás e combustíveis; telecomunicações; serviços judiciários e do Ministério Público; Defensoria Pública; arrecadação e fiscalização de tributos; serviço diplomático; e serviços vinculados ao processo legislativo

Alvaro e Suplicy atacam desigualdade 4

Cyro e Randolfe falam sobre educação 3

Especialistas defendem uso do Plone

O 5º Encontro Nacional do Grupo Interlegis de Tecnologia discutiu ontem o uso do Plone, sistema de gerenciamento e publicação de conteúdo na

internet. O objetivo é incentivar a adoção da plataforma, já utilizada pelo Senado, por câmaras de vereadores e assembleias legislativas. 2



Elizabeth Leddy, da Plone Foundation, fala a profissionais de tecnologia da informação no Interlegis



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Entre Vital do Rêgo e Paulo Teixeira, Alvaro Dias critica a dispensa dos convocados que ficam calados

Relator da CPI aponta pacto de silêncio

Mais dois convocados para depoimento na CPI do Cachoeira se mantiveram calados e foram dispensados rapidamente, gerando novas críticas de parlamentares

e possibilidade de mudança da prática. O relator, deputado Odair Cunha, diz que os silêncios de ontem evidenciam uma “clara unidade de defesa” dos acusados. 4

Morales desrespeita o Brasil, dizem deputados bolivianos

Em visita ao Congresso brasileiro, parlamentares acusam presidente da Bolívia de não permitir que senador de oposição deixe o país: Róger Molina já está há 87 dias na embaixada brasileira em La Paz

DEPUTADOS BOLIVIANOS QUE visitaram ontem o Congresso brasileiro criticaram o presidente da Bolívia, Evo Morales, por não permitir que o senador Róger Pinto Molina deixe aquele país. O parlamentar boliviano de oposição está há 87 dias na embaixada brasileira em La Paz.

— O governo boliviano diz ao Reino Unido para respeitar a soberania do Equador e garantir salvo-conduto ao criador do Wikileaks, Julian Assange, que está na embaixada equatoriana, mas não respeita a soberania do Brasil e nem garante salvo-conduto a Molina — disse o deputado Adrián Oliva Alcázar, que com seus colegas Luis Felipe Dorado e Alex Orozco Rosas visitou o Congresso a convite de Sérgio Petecão (PSD-AC).

Segundo Alcázar, há 18 meses Molina entregou a Morales documentos que comprovariam a ligação de altos funcionários do governo boliviano com o narcotráfico. Durante mais de um ano, disse Alcázar, Molina foi vítima de acusações e perseguição por parte do governo boliviano.

Os três deputados integram o Partido da Convergência Nacional, que detém a segunda maior bancada da Assembleia Nacional da Bolívia, com 37 parlamentares. Dos 130 integrantes da assembleia, 84 são do Movimento ao Socialismo, três são da Unidade Nacional, e dois, da Aliança Social.



Em entrevista no Senado brasileiro, Alcázar reforça as críticas a Morales

Tensão na fronteira faz crescer hostilidade contra brasileiros

Na opinião de Alcázar, a tensão que se verifica entre Bolívia e Brasil depois da concessão do asilo político a Molina apenas torna mais claros os problemas do relacionamento, que incluem, disse ele, a situação de estudantes e empresários brasileiros que se encontram no país vizinho.

— O Brasil é o principal sócio da Bolívia, que manda para cá 30% de suas exportações. Mas o governo boliviano não privilegia essas relações — afirmou o boliviano.

A crítica é partilhada por Petecão. Ele disse que o Brasil “faz muito pela Bolívia sem contrapartida” e denunciou hostilidade no país vizinho.

— Casas de brasileiros na fronteira, onde o clima é muito ruim, foram incendiadas. A Petrobras foi expulsa, pecuaristas e plantadores de soja

ficaram sem terras. Está na hora de o governo brasileiro ser mais rígido em relação à Bolívia, que, junto ao Peru, é responsável por 90% da droga consumida no Brasil — disse.

De acordo com Petecão, a recusa do governo boliviano em entregar Molina afronta o Brasil, e os deputados que visitaram o Brasil temem voltar para seu país alegando risco de morte.

Dorado disse que o principal objetivo da viagem do grupo a Brasília é agradecer à presidente Dilma Rousseff pelo asilo a Molina. Ele defendeu uma atuação conjunta de Bolívia, Brasil e Estados Unidos contra o narcotráfico.

— É preciso que todos saibam que há deputados na Bolívia lutando contra o narcotráfico, é uma luta feroz — disse o deputado boliviano.

Plone é apresentado em evento no Interlegis

O sistema gerenciador de conteúdos Plone está sendo apresentado a representantes das Casas legislativas no 5º Encontro Nacional do Grupo Interlegis de Tecnologia (Gitec). Teve início ontem, no Interlegis, o Plone Symposium, evento sobre tecnologia da informação promovido pelas comunidades Plone América

do Sul, PloneGov-BR e Plone Foundation. O objetivo é incentivar a adesão das câmaras de vereadores e assembleias legislativas ao sistema.

Para Érico Andrei, diretor de Tecnologia da Simples Consultoria e representante da Plone Foundation, o Plone é o sistema mais utilizado para criar sites governamentais, com

gerenciamento de conteúdos CMS (Content Management System).

O modelo é usado pelos portais da Presidência da República e do Senado, e serve à construção de portais de informação em intranets, extranets e internet. O simpósio será realizado até amanhã, no auditório do Intelegis.

Audálio Dantas convida Sarney para o 2º Salão Nacional do Jornalista Escritor

O jornalista e ex-deputado federal Audálio Dantas convidou o presidente do Senado, José Sarney, para participar da segunda edição do Salão Nacional do Jornalista Escritor — promovido pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) — e fazer parte de uma das mesas de debate do evento.

Segundo Dantas, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo e curador do evento, o 2º Salão Nacional do Jornalista Escritor pretende despertar o interesse dos universitários e do público em geral pelo jornalismo literário.

O encontro será de 23 a 25 de novembro, no Auditório Simón Bolívar do Memorial da América Latina, em São Paulo. Entre os convidados, estão Caco Barcellos, Carlos Heitor Cony, Eliane Brum e Luis Fernando Veríssimo.

Audálio Dantas foi deputado por São Paulo de 1979 até 1983, ano em que se tornou o primeiro presidente eleito por voto direto da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Depois de receber apoio da ABI, foi convidado para ser vice-presidente da entidade em junho de 2005. No cargo, organizou em 2007 a primeira edição do Salão Nacional do Jornalista Escritor. Foi premiado pela ONU por uma série de reportagens sobre o Nordeste brasileiro publicada na extinta revista *Realidade*.

Entre as obras do escritor, está o livro *Quarto de Despejo*, no qual Audálio Dantas editou o diário de Carolina Maria de Jesus, catadora de papel que morava na favela do Canindé, em São Paulo. O livro, lançado em 1960, é até hoje um dos mais vendidos no Brasil e foi traduzido para 13 idiomas.



Audálio Dantas (E), curador do evento, convida Sarney a participar de debate

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Pronunciamentos

14h A sessão plenária é destinada a discursos de senadores.

HOMENAGEM: Cinquentenário da profissão de psicólogo

10h Solenidade em homenagem aos 50 anos da regulamentação da profissão de psicólogo, uma iniciativa da Primeira-Vice-Presidência do Senado. O evento será realizado no Auditório Petrônio Portella.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Cyro Miranda rejeita proposta de Mercadante



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou ontem a intenção do ministro Aloizio Mercadante de mudar a forma de avaliar a qualidade do ensino médio. A proposta do Ministério da Educação é substituir a Prova Brasil, avaliação que compõe o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Cyro acredita que a proposta “envergonha o Brasil” e não vai mudar a baixa qualidade da educação.

— Essa decisão não muda a realidade que está aí para todos verem: a qualidade da educação pública é muito ruim e precisa de medidas urgentes se o desejo for preparar os jovens para buscarem espaço e sucesso profissional.

O senador disse ainda que a educação não pode ser tratada com “remendos” e “jeitinhos”.

Randolfe pede índice mais amplo que o Ideb



Waldemir Barreto/Agência Senado

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) lamentou ontem, em discurso, os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgados na semana passada. Ele fez restrições ao alcance do índice, já que o Ideb mostra que algo está errado na saúde da educação, mas não aponta a doença.

— [O Ideb] deixa de levar em conta as condições pedagógicas e de ensino — explicou o senador.

Randolfe disse que é preciso um índice mais amplo, que atinja as questões materiais e identifique as causas do fraco desempenho, principalmente no Norte e no Nordeste. Segundo o senador, embora insuficiente, o Ideb tem sua importância.

— Pior do que ter um índice insuficiente é não ter dado nenhum — ponderou.

Aloysio Nunes, autor de projeto sobre o tema, e Pedro Simon afirmaram que o Congresso deve ao país uma lei que trate do assunto

Senadores cobram regulamentação do direito a greve no serviço público

ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS) afirmaram ontem que o Congresso Nacional deve ao país uma lei que regule as greves no serviço público.

Autor do Projeto de Lei do Senado (PLS) 710/11, que disciplina o exercício do direito de greve no setor, Aloysio lembrou que a Constituição fará 24 anos em outubro e o Brasil ainda não conta com uma regulamentação sobre o tema.

— A Constituição diz que o direito de greve deve ser exercido nos termos de lei específica. O meu projeto trata dos limites que devem ser mantidos, mas também, e sobretudo, é inovador ao criar mecanismos de negociação necessários e formas de composição via conciliação e arbitramento que poderão ser aplicadas para evitar a deflagração de greve — afirmou em entrevista à Agência Senado.

Com 35 artigos, o PLS 710/11 proíbe greves em atividades estatais essenciais, definidas como as que afetem a vida, a saúde e a segurança dos cidadãos. Entre elas, controle de tráfego aéreo, segurança pública, assistência médico-hospitalar, coleta de esgoto



Fábio Rodrigues Prozebom/ABR

Policiais federais fazem operação-padrão no aeroporto de Brasília: projeto proíbe greve em atividades como a segurança

e lixo, abastecimento de água, transporte coletivo, distribuição de energia, telecomunicações e arrecadação de tributos.

O projeto — que submete o direito de greve dos empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) à Lei 7.783/89, que disciplina a questão no setor privado — prevê a possibilidade de contratação por tempo determinado de servidores nas hipóteses de descumprimento de percentuais mínimos.

São assegurados aos grevistas, entre outros direitos, o emprego de meios pacíficos para persuadir os servidores a aderirem à greve, além da arrecadação de fundos e a

divulgação do movimento. As manifestações não poderão impedir o acesso ao trabalho.

O texto também determina a suspensão do pagamento da remuneração correspondente aos dias não trabalhados, limitada a 30% do período da paralisação, e a vedação da contagem dos dias parados como tempo de serviço.

Para elaborar o projeto, o senador analisou a legislação brasileira, a de países europeus e americanos, normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o assunto.

Aloysio disse que a falta de regulamentação não se deve apenas ao Legislativo, já que a Presidência da República até hoje não editou decreto que incorpore ao Direito positivo brasileiro os termos da Convenção 151 da OIT. A convenção foi um compromisso assumido pelo Brasil em 1978, sendo ratificada pelo Congresso em 2010.

O senador observou ainda que o STF procurou suprir a lacuna, mandando aplicar aos servidores, no que couber, a lei que disciplina o direito de greve no setor privado. Seu projeto aguarda relatório na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Simon critica CUT e “elite do funcionalismo” por greves

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a presidente Dilma Rousseff está certa ao culpar os servidores públicos “de sangue azul” pelo impasse na negociação do governo com as categorias do funcionalismo que se encontram em greve.

Segundo o senador, “estão na greve os que ganham mais de R\$ 10 mil e os que ganham menos estão trabalhando”.

— O delegado quer ganhar que nem o promotor, o promotor quer ganhar que nem o procurador, o procurador quer ganhar que nem o ministro do

Supremo Tribunal Federal, o ministro do Supremo quer ganhar como a presidente. Essa é a greve, e a CUT [Central Única dos Trabalhadores] está por trás — afirmou.

Simon disse ainda que a CUT mudou e que a entidade “é da época que se lutava pelo salário mínimo, pela reforma agrária, por justiça social, e agora briga por quem é que vai ficar no comando da Caixa, do fundo de pensão da Petrobras, do Banco do Brasil”.

O senador também cumprimentou o governo pelo



Waldemir Barreto/Agência Senado

Simon lamenta a disparidade nos vencimentos do serviço público

anúncio do corte de ponto dos grevistas. Ele criticou ainda a disparidade nos vencimentos do serviço público, lembrando proposta de sua autoria que proíbe senador de ganhar mais de 15 salários mínimos.

Simon disse que o mundo está enfrentando uma crise e,



Waldemir Barreto/Agência Senado

Projeto de Aloysio aguarda relatório na Comissão de Constituição e Justiça

dentro dela, o Brasil enfrenta o caso do mensalão e o período eleitoral. Por isso, não é o momento para “essas greves paralisando e desmoralizando a sociedade brasileira”. Ele pediu ao ex-presidente Lula, “amigo da CUT”, para “conclamar essa gente ao bom senso”.

João Ribeiro comemora obras em trecho da BR-153

O anúncio, pelo Executivo, do programa de concessões para reparo e duplicação de várias rodovias brasileiras foi comemorado por João Ribeiro (PR-TO). O senador elogiou especialmente as obras da BR-153, no trecho que liga Anápolis (GO) a Palmas, “um antigo sonho da população do Tocantins”. A rodovia segue até o Pará.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— Agora, é importante lutar pela federalização de um trecho da BR-080, uma rodovia estadual que liga Palmas a Paraíso [TO], no entroncamento com a BR-153 — disse.

João Ribeiro também afirmou que uma ferrovia será essencial para a integração nacional e pediu atenção do governo federal à questão das macrodrenagens dos municípios.

Paraná terá investimentos em logística, diz Souza

O Paraná será atendido pelo Programa de Investimentos em Logística, garantiu Sérgio Souza (PMDB-PR). O programa do governo federal prevê concessões a empresas privadas para obras de infraestrutura em transportes. Segundo o senador, o Paraná será contemplado com a ligação ferroviária entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, passando por Mafrá



Waldemir Barreto/Agência Senado

(SC) e Rio Negro (PR); e com o ramal que ligará Mafrá a Maracaju (MS), passando por Porto Camargo (PR).

— A ferrovia vai margear a BR-101, interligando os grandes centros comerciais do litoral, e será destinada ao transporte de produtos manufaturados, levando a produção do Paraná ao Nordeste num custo mais barato — disse.

Relator da CPI do Cachoeira denuncia pacto de silêncio

Dois convocados ligados ao governo de Goiás ficam calados, e Odair Cunha avalia que isso evidencia “clara unidade de defesa”. Dispensa rápida devido ao silêncio gera novas críticas de parlamentares

O SILÊNCIO DOS dois convocados para depor ontem na CPI do Cachoeira evidencia o “pacto” e a “clara unidade de defesa” dos acusados de integrar a quadrilha comandada pelo contraventor. A análise é do relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG).

Aredes Correia Pires, ex-corregedor-geral da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, e Jayme Rincón, atual presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), foram logo dispensados por ficarem calados na CPI.

— É evidente que Pires colaborou de forma sistemática com a organização criminosa. Tinha aparelho Nextel, dialogava permanentemente com Carlos Cachoeira e vazou informações de dentro da cúpula de segurança de Goiás — afirmou Cunha.

Em relação a Rincón, o deputado disse que a Delta foi

beneficiada com a desclassificação de outra empreiteira em duas licitações. Cunha citou também a apreensão feita pela Polícia Federal do computador do ex-presidente da Câmara Municipal de Goiânia Wladimir Garcez, apontado como elo entre Cachoeira e o governo de Goiás: havia arquivos com minutas de editais de licitações a serem realizadas pela Agetop.

Crítica à dispensa

A dispensa dos convocados que ficam em silêncio foi novamente questionada por parlamentares. O presidente da CPI, senador Vital do Rêgo

Novos depoimentos

A próxima reunião da CPI tentará ouvir dois convocados

terça, 28

- Luiz Antônio Pagot, ex-diretor-geral do Dnit
- Adir Assad, empresário

(PMDB-PB), sinalizou a possibilidade de mudar esse rito, mas só diante de uma decisão colegiada dos integrantes da comissão. Em julho, a tentativa de mudança foi votada, mas foi rejeitada pela maioria.

— É preciso, sim, questionar os depoentes. Se eles não querem se defender, cabe a eles decidir. A nós, integrantes da CPI, cabe questionar e denunciar — afirmou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Anteontem o presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Jardel Sebbá (PSDB), apresentou pedido ao Supremo Tribunal Federal para que a CPI não investigue ou indicié o governador Marconi Perillo (PSDB), alegando que a competência para investigar governadores seria do Superior Tribunal de Justiça. Marconi já foi ouvido pela CPI em 12 de junho, depois que se ofereceu para ir espontaneamente.

Advogados querem impedimento de Dias Toffoli

O Senado recebeu denúncia do Movimento Endireita Brasil (MEB) contra a atuação do ministro José Antonio Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do suposto esquema de pagamento de propina a parlamentares, o mensalão. Os advogados Guilherme Abdalla e Ricardo Salles protocolaram ontem a denúncia na Presidência do Senado.

Dias Toffoli é alvo do movimento por ter sido assessor

do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu — um dos réus do mensalão — de 2003 a 2005, atuado como advogado do Partido dos Trabalhadores e ter sido advogado-geral da União antes de ser nomeado ministro do STF pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2009. Sua companheira é advogada de três dos réus. A proximidade de Toffoli com vários dos implicados na ação penal seria, para o MEB, motivo suficiente para que ele

se declarasse impedido de julgar. Por isso, os advogados pediram a suspeição.

De acordo com a secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, outras denúncias contra ministros do Supremo já foram recebidas, mas acabaram sendo arquivadas por serem ineptas ou estarem fora do interesse de agir do Senado.

O MEB tem por diretrizes a defesa “de uma nova direita no cenário político brasileiro: liberal, ética e democrática”.

Agripino elogia ação da imprensa internacional sobre o mensalão



José Agripino (DEM-RN) declarou que o julgamento do mensalão põe o Brasil em xeque no cenário internacional e destacou a cobertura “dura, mas verdadeira” da imprensa estrangeira. Ele espera que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) “produzam aquilo que deva ser justo”.

— Temos, neste momento, que dar o exemplo para dentro e para fora, e cabe a nós, políticos de responsabilidade, dar o grito de alerta — afirmou.

Agripino apoiou a transmissão ao vivo das sessões do STF e lamentou que haja quem pense que isso possa inibir os ministros.

Julgamento do mensalão é aula de civismo, diz Simon

A decisão do ministro-relator no julgamento do mensalão, Joaquim Barbosa, de votar “casos a casos”, fadiadamente, foi apoiada por Pedro Simon (PMDB-RS). Segundo o senador, a decisão dará mais tranquilidade ao julgamento, pois seria quase impossível julgar um por um os 38 acusados.

— O Brasil está vivendo uma aula de civismo e assistindo ao nascer de um novo Congresso, uma nova Justiça, uma nova realidade neste país, onde a impunidade terminou — afirmou.

Sobre discussões entre os ministros do STF, Simon disse que os debates internos e divergências são normais.

Ana Amélia exalta Justiça Eleitoral pela campanha Voto Limpo



Ana Amélia (PP-RS) elogiou a Justiça Eleitoral brasileira pelo início da veiculação da campanha Voto Limpo.

Os cartazes e anúncios em rádio e televisão têm por objetivo incentivar a conscientização dos eleitores que vão participar das eleições deste ano. A campanha ressalta a importância da liberdade do eleitorado e estimula a escolha por candidatas ficha-limpa, explicou a senadora.

— Quero destacar a qualidade, a criatividade, o bom gosto dessa campanha. Nenhum eleitor pode vender o seu voto, que é sagrado — declarou.

Alvaro: Brasil precisa de ações concretas contra desigualdade

“Os governantes brasileiros precisam deixar de lado discursos ufanistas e enfrentar com ações concretas e grandes reformas a desigualdade econômica e social”, disse Alvaro Dias (PSDB-PR).

O senador comentou documento da Organização das Nações Unidas (ONU) que apontou o Brasil como o quarto país mais desigual da América Latina em distribuição de renda, depois apenas de Guatemala, Honduras e Colômbia.

— O relatório da ONU mostra claramente que o cenário de desigualdade não está atrelado apenas à distribuição de renda, mas

é igualmente condicionado pelo *habitat*, o acesso a bens e serviços de educação e saúde, oportunidades de trabalho e outros aspectos do bem-estar social — disse.

Alvaro também classificou de “maus-tratos, perversidade e atitude sorradeira” o recurso da Advocacia-Geral da União (AGU) contra liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou

o pagamento de valores reclamados por aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social (de antigas empresas aéreas, especialmente a Varig).

— O governo demonstra insensibilidade — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Suplicy lamenta relatório da ONU e defende renda básica de cidadania

Eduardo Suplicy (PT-SP) também comentou o relatório da ONU (*leia acima*) e lamentou que, apesar de registrar melhora desde a década de 1990, o Brasil continua entre as nações mais desiguais

do mundo. Ele destacou o papel dos programas sociais, como o Bolsa Família, na contribuição da construção de um país mais justo. O senador lembrou que o Brasil

é apenas o 84º no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e voltou a defender a importância da implantação de uma renda básica de cidadania.

— Estamos ainda muito distantes de resolver o problema e de alcançar a condição de sociedade onde há mais desigualdade e menos violência — afirmou.

Suplicy citou ainda o documento final do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, que cobra a ampliação da reforma agrária

e critica a especulação do capital. O senador registrou ainda o texto de um jornal de moradores de rua com críticas ao tratamento recebido pela Prefeitura de São Paulo.



Pedro França/Agência Senado

Tomás Correia destaca avanços no sistema de saúde de Rondônia

Tomás Correia (PMDB-RO) descreveu o avanço do sistema de saúde em Rondônia.

Ele ressaltou a importância da realização de parcerias com a iniciativa privada e com os municípios.

Correia citou avanços no Hospital João Paulo II e no Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, com obras de infraestrutura e aquisição de equipamentos.

— Muito tem sido feito em prol da saúde da população, que merece ser atendida em hospitais públicos bem equipados e com pessoal preparado — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cidinho Santos relata encontro sobre demarcação de terras

Cidinho Santos (PR-MT) registrou reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Frente Parlamentar da Agropecuária com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, sobre a reedição da portaria que normatiza os critérios para demarcação de terras indígenas, publicada em julho e suspensa em seguida.

— A medida causou indignação. Enquanto a demarcação continuar sem consulta às comunidades, teremos transtornos, principalmente no interior do país.



Waldemir Barreto/Agência Senado